

# A inclusão e/ou exclusão do índio na sociedade sul-rio-grandense através da imprensa no início do século XX

\*Cíntia Régia Rodrigues

\*Mestre e Doutoranda em História do Programa de Pós-Graduação em História da Unisinos.  
E-mail: regia\_rs@hotmail.com

## RESUMO

O presente artigo visa a apresentar as diferentes formas de inclusão e ou exclusão do índio na sociedade sul-rio-grandense nos primórdios do século XX através da imprensa. Os dois jornais pesquisados foram o jornal *A Federação* e o jornal *Correio do Povo*. O período trabalhado se estende de 1884 até o ano de 1910, quando da criação do SPILTN. Os jornais devem ser entendidos como instrumentos pelos quais a sociedade produz modelos, reflexões e representa percepções de época, podendo fazer a inclusão e ou a exclusão do índio na sociedade sul-rio-grandense. Primeiramente, apresentar-se-á os dois jornais em questão, observando suas formas de inclusão e ou exclusão do indígena. Num segundo momento, ver-se-á de que forma o silêncio dos jornais também produziam formas de incluir e excluir as populações indígenas na sociedade sul-rio-grandense.

**PALAVRAS-CHAVE:** Índio, imprensa, inclusão-exclusão.

## ABSTRACT

This present article intends to present different forms of Indian inclusion and/or exclusion in the Rio Grande do Sul society in the beginning of XX century reported in the press. The researched newspapers were "A Federação" and "Correio do Povo", concerning the period of time between 1884 and 1910, when the "SPILTN" was created. The newspapers have to be considered as instruments that have an influence on society models, reflections and its perceptions of epoch, which may contribute to include and/or exclude the Indian population in the Rio Grande do Sul society. First

of all, it will be presented the two related newspapers, observing their forms of including and/or excluding the Indians. After, it will be pointed how can a newspaper omission also produce Indian forms of inclusion and exclusion in the Rio Grande do Sul society.

**KEY WORDS:** Indian, Press, Inclusion-exclusion.

Ao longo do tempo, o estudo da imprensa vem afirmando-se como importante fonte para as construções da história, inter-relacionando-se com as práticas políticas, econômicas, sociais e mesmo com as correntes ideológicas dos mais diversos setores da sociedade.<sup>1</sup>

Algumas correntes afirmam que existe um problema no trato para com os jornais pelos intelectuais, no que tange à falta de uma crítica ao conteúdo jornalístico e sua utilização.<sup>2</sup> Por isso, ressalta-se que os jornais devem ser apreendidos enquanto fontes históricas, não como "expressão da verdade" de uma época ou como condutores imparciais na "transmissão de informação", mas como um dos instrumentos pelos quais a sociedade produz modelos, reflexões e representa percepções de época. Conforme Clifford Geertz, em sua obra "A Interpretação das Culturas", não existe um documento totalmente imparcial, pois todo relato já é, em si, interpretação, reelaboração para Geertz, "(...) *no fundo da base fatural, a rocha dura, se é que existe uma, de todo empreendimento, nós estaríamos sempre explicando e, o que é pior, explicando explicações*".<sup>3</sup>

Durante os primórdios do século XX, no Rio Grande do Sul e no restante do país, os jornais não eram fontes amplamente utilizadas por toda a socie-

<sup>1</sup> A importância da imprensa no estudo da história observar: ALVES, Francisco das Neves. O Discurso Político-Partidário Sul-Rio-Grandense sob o prisma da Imprensa Rio-Grandina (1868-1895). 1998. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

<sup>2</sup> Observar neste sentido: ZICMAN Apud ESPIG, Márcia Janete. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do contestado. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre: PUCRS, v. XXIV, n. 2, p. 269-289, dez. 1988.

<sup>3</sup> GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogon, 1990, p.19.

dade sul-riograndense, pois havia um custo para se adquirir um jornal e, além do mais, o processo de alfabetização no Estado não era realizado em larga escala, não havia muitas escolas; a maioria era freqüentada por filhos de indivíduos influentes, que detinham um capital econômico expressivo.<sup>4</sup> Então, o jornal era um artigo de luxo, lido por pessoas de cabedal. E não se sabe até que ponto a imprensa criava modelos com potencialidade de intervir na vida social de todo o conjunto da sociedade sul-rio-grandense<sup>5</sup>; sobre as camadas mais abastadas e ou letradas, no entanto, sua influência era inquestionável.

No trabalho com a imprensa, é necessário vislumbrar que o segmento da imprensa, com o qual se está trabalhando, era elaborado por uma “elite” composta por indivíduos influentes. É pertinente destacar que existem vários tipos de elite, como por exemplo: a econômica, a política, a administrativa, a intelectual. De acordo com Heinz, *“Elite seria um termo empregado em um sentido amplo e descritivo, com referência a categorias ou grupos que parecem ocupar o ‘topo’ de estruturas de autoridade ou de distribuição de recursos”* (HEINZ:1998, p.50).

Utilizando-se da linguagem, a imprensa tem a capacidade de determinar valores morais, ser direcionada para incendiar paixões políticas, classificar, justificar categorias e grupos sociais, isso é “um ato de poder”, como se encontra em Bourdieu.<sup>6</sup> Desta forma, vislumbra-se que a imprensa detinha “poder” perante a sociedade, não pela violência, pois a imprensa não deve ser vista apenas como um elemento de repressão, mas também como uma “força” que gera reflexões, induz ao prazer, forma opiniões e produz discursos.<sup>7</sup> O discurso é considerado histórico quando *“produz em condições determinadas e projeta-se no futuro, mas também é histórico porque cria tradição,*

*passado, e influencia novos acontecimentos”*.<sup>8</sup>

Outro ponto importante quando do trabalho com a imprensa, centra-se no próprio “silêncio” dos jornais em alguns períodos, como destaca Orlandí: *“O silêncio é assim a “respiração” (o fôlego) da significação; um lugar de recuo necessário para que se possa significar sobre espaço para o que não é “um”, para o que permite o movimento do sujeito”* (ORLANDÍ:1995, p.13). Entende-se por silêncio nos jornais a ausência de informações de um determinado assunto, no caso em questão, sobre os índios, em determinados períodos, posto estarem presentes no cenário regional, porém, não estavam sendo reportados pela imprensa. Esta ausência leva à indagação dos motivos que estavam por trás desta política de omissão dos jornais para com a questão indígena, pois as notícias referentes ao indígena, em determinados períodos, eram escassas. Então pode-se notar que as populações indígenas do Estado em alguns períodos eram excluídas pela sociedade sul-rio-grandense.

A própria política pouco operante do Governo Federal em relação ao índio é um fator que pode haver influenciado em alguns períodos de silêncio, por parte da imprensa, mesmo assim o índio ainda aparecerá mais na imprensa, durante o século XIX e início do XX, que nas políticas estatais. Neste âmbito percebe-se que a imprensa sul-rio-grandense, em alguns momentos, proporcionou a inclusão do índio na sociedade gaúcha do período.

A palavra exclusão é utilizada no presente artigo não só para apresentar o silêncio e a escassez de notícias a respeito dos índios nos jornais trabalhados, em determinados momentos do período estudado. O termo exclusão também nos remete a pensar que desde os primórdios da colonização européia na América o índio é excluído da sociedade americana. Pode-se dizer que o “índio” é um objeto socialmente construído,

<sup>4</sup> De acordo com o “Relatório da Secretaria do Interior e Exterior 1909. Relatório da Directoria de Estatística”, sobre a população do Rio Grande do Sul em 1900: “O recenseamento de 1900 cuja apuração foi recentemente terminada oferece diversas informações sobre a população (...). Segundo o grau de instrução sabiam lêr 384.381 e não sabiam 774.689; em numeros proporcionaes correspondem a 33% os que sabiam ler e a 67% os analfabetos de todas as idades (...). Por serem de incontestavel valor os dados relativos á instrução, bastará citar-se como prova o elevado algarismo de 774.689 analfabetos apurados sobre o total de 1.149.070 habitantes arrolados em 1900: numeros esses que nos attribuem um coeficiente de ignorancia superior a dous terços da população”. p. 98-399. Referindo-se sobre a população escolar: “Pelo censo de 1872 ficou demonstrada a existencia de 86.495 creanças com idade escolar (06 a 15 annos), verificando-se então que 17.793 ou 20,57% frequentavam escolas; as operações de 1890 e 1900 não discriminaram essa frequencia permitindo somente determinar-se o numero de escolares da mesma idade, sendo em 1890 de 227.314 e em 1900 de 284.748, que em numeros proporcionaes equivalem a 24, 78% e 25, 38%”. In: Relatório da Secretaria do Interior e Exterior: Relatório da Directoria de Estatística, 1909. Arquivo do Solar dos Câmara.

<sup>5</sup> Love destaca alguns dados sobre a alfabetização no Rio Grande do Sul: “Os dados do censo de 1890 relativos a alfabetização nos municípios do Estado mostram claramente a diferença entre o Rio Grande urbano e dos colonos, de um lado, e o Rio Grande das estâncias, de outro: 58% dos habitantes de Porto Alegre (incluindo as idades de 0-6) e 54,7% dos habitantes de São Leopoldo, a principal colônia alemã, eram analfabetos, contra cerca de 84% de São Borjá (no Distrito das Missões) e apenas ligeiramente inferiores aos de Quaraí e São Francisco de Paul, na Campanha e na Serra central, respectivamente.” LOVE, Joseph L. O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930. São Paulo: Perspectiva, 1975.

<sup>6</sup> Ver BOURDIEU, Pierre. A Economia das Trocas Linguísticas: O que Falar Quer Dizer. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

<sup>7</sup> Ver FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

<sup>8</sup> ORDANDI, Eni P. Terra à vista – discurso do confronto: Velho e Novo Mundo. São Paulo: Cortez, 1990, p. 35. Para a utilização do discurso na história observar: GOLDMAN, Noemí. El discurso como objeto de la historia. Buenos Aires: Hachette, 1989.

pois quando da conquista da América, os conquistadores atribuíram aos povos nativos a denominação “índios”, acreditando estarem nas Índias. Essa imagem homogeneizante, que desconhece a diversidade dos povos americanos foi construída constantemente ao longo do tempo, desde os primórdios da colonização até os dias atuais.

A partir disso, nota-se que a imagem<sup>9</sup> do índio na imprensa sul-rio-grandense foi alicerçada com base na mesma construção “índio”, advinda do primeiro contato entre os nativos da América e os europeus. As imagens do “índio” são imagens construídas pelos europeus. Elas expressam a maneira pela qual os povos nativos eram percebidos pelos brancos, a partir da projeção do imaginário dos mesmos.

Desta forma, percebe-se que o indígena é excluído da sociedade nacional desde os primórdios da colonização, e o presente trabalho busca exemplificar esta exclusão através de uma fonte rica e extremamente complexa, a imprensa.

A palavra inclusão é apreendida no trabalho para justamente se fazer perceber que em alguns momentos do período estudado, na imprensa, o indígena passa a fazer parte da sociedade nacional, principalmente quando este é associado a um indivíduo ingênuo (coluna para impressionar o indígena, a seguir no próximo item), ou quando a imprensa se apropria da palavra índio para vender medicamentos (Pharmacia do Índio, a seguir).

Mas, como veremos a seguir, esta inclusão do indígena, principalmente quando se trata da coluna para impressionar, é excludente, pois associa a palavra índio a pessoas sem importância na sociedade sul-rio-grandense.

### 1.1 A Federação - Um jornal político partidário

O jornal *A Federação*<sup>10</sup> nasceu em Porto Alegre, em 1º de janeiro de 1884, e circulou até o ano de 1937. Este jornal era um órgão do PRR (Partido Republicano Rio-Grandense) e suas bases estavam alicerçadas no positivismo.<sup>11</sup> O PRR utilizava o jornal para disseminar seus ideais positivistas. *A Federação* articulava, em suas publicações, questões políticas ligadas ao Estado e ao país, além de apresentar as ocorrências policiais, trazendo ainda alguns anúncios, geralmente para vender e comprar escravos. Circulava em Porto Alegre de segunda a sábado nos anos pesquisados. Neste jornal encontram-se notícias referentes ao indígena de todas as partes do Brasil, e não apenas do Estado do Rio Grande do Sul. Aliás, o maior número de ocorrências advém de outros Estados, no caso específico sul-rio-grandense, havia poucas chamadas. Dos outros Estados da União encontraram-se 37 notícias referentes aos indígenas, já no Rio Grande do Sul, encontraram-se 7 notícias. Dentre o período de 1884 a 1910, encontrou-se, então, 44 chamadas ao total. *A Federação* firmava suas raízes na ideologia positivista, sendo que foram detectadas no jornal 33 notícias que se enquadravam nos preceitos comteanos em relação ao indígena.

O PRR utilizou-se do jornal para tratar sobre o órgão criado em 1908 (Diretoria de Terras e Colonização)<sup>12</sup>:

O nosso amigo dr. Carlos Torres Gonçalves, director da Diretoria de Terras e Colonização, já fez entrega ao nosso amigo dr. Candido de Godoy, secretario das Obras Publicas do seu copioso e interessante relatório sobre os indigenas do Rio Grande do Sul. Neste trabalho, que consta de muitas paginas, vem tratando desenvolvadamente os toldos do rio Ligeiro e Fachinal relação entre os occidentaes e os indigenas, informa-

<sup>9</sup> Entende-se por imagem um conteúdo específico do imaginário projetado com base em um objeto, isto é, “Para que a haja a possibilidade da projeção do imaginário, é necessária a existência de um objeto que sirva como “gancho”, sobre o qual o conteúdo do imaginário se projetará, formando a imagem (Imago), que é distinta do objeto, abrindo uma das vias das construções das representações. CALEFFI, Paula. A Identidade Atribuída: um estudo da Historiografia sobre o índio. Estudos Leopoldenses: Série História, São Leopoldo, v. 1, n. 1, p. 50-64, 1997, p. 50. Segundo Litaiff, “As representações (como “estar em lugar de”) ou símbolos, são imagens das idéias (conscientes ou não) que os indivíduos têm de si mesmos e de suas relações. LITAIFF, Aldo. As Divinas Palavras: identidade étnica dos Guarani-Mbyá. Florianópolis: Editora da UFSC, 1996, p. 20.

<sup>10</sup> De acordo com Silva, o jornal *A Federação* foi fundado por Venâncio Aires, que foi o primeiro diretor da redação. Logo em seguida a direção do jornal passa as mãos de Julio de Castilhos. Lembra que “O jornal esteve sempre voltado para os ideais republicanos, por isto é considerado um continuador das aspirações dos revolucionários de 1835, tendo sido um dos poucos em que a data farroupinha foi sempre lembrada. Seus objetivos estão expressos no cabeçalho: federação(...), unidade(...), centralização(...) desmembramento(...)”. SILVA, Jandira M. M. da et. al. Breve histórico da imprensa Sul-Rio-Grandense. Porto Alegre: CORAG, 1986, p. 271.

<sup>11</sup> Conforme Ribeiro, os positivistas estão “baseados no evolucionismo humanista de Augusto Comte, propugnavam pela autonomia das nações indígenas na certeza de que, uma vez libertas de pressões externas e amparadas pelo Governo, evoluiriam espontaneamente. Segundo o modo de ver dos positivistas, os índios, mesmo permanecendo na etapa “fetichista” do desenvolvimento do espírito humano, eram susceptíveis de progredir industrialmente”. RIBEIRO, Darci. Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. Petrópolis: Vozes, 1986, p.134. Ver RODRIGUES, Cíntia Régia. As imagens do Índio na Imprensa Sul-Rio-grandense. 1884-1910. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, p. 198.

<sup>12</sup> Conforme destaca Ribeiro, o Rio Grande do Sul foi o único estado da federação que criou um órgão, que entre outras incumbências era responsável pela questão indígena. A Diretoria de Terras e Colonização, submetida a Secretaria das Obras Públicas, organizou a “Protecção Fraterna aos Indígenas do Rio Grande do Sul”. A Diretoria de Terras e Colonização procurava, portanto, demarcar as terras indígenas a partir das suas comissões de terras espalhadas pela região norte do estado. O Governo Estadual viabilizava verbas para o empreendimento das demarcações de terras a fim de manter o controle da demarcação das terras no RS, para que o Governo Federal não tomasse a frente, devido a eminência da efetiva instalação do SPILT. Esta foi criada em 1908 pelo Governador do Estado do Rio Grande do Sul, o então Presidente Carlos Barbosa Gonçalves. RIBEIRO, Darci. Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. Petrópolis: Vozes, 1986.

ções sobre a vida e os costumes delles, situação e população dos diversos toldos do Estado, que o dr. Torres Gonçalves calcula, pelos dados que colheu na sua recente visita aos toldos, em cerca de 300 habitantes. O director de Terras e Colonisação propõe ao governo do Estado, para que todo o serviço de protecção fraterna aos indígenas deste Estado, passe para a Directoria de Terras e Colonisação, e que melhormente poderá attendel-o, intervindo junto aos toldos, seja directamente, seja por intermedio das commissões respectivamente mais proximas, a elle subordinada. (A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, n. 140, 18 de junho de 1910).

A efetiva criação do SPILTN<sup>13</sup>, em 1910, vem unir-se dentro de uma proposta, uma política nacional para os indígenas que deveria acabar com o problema fundiário, aldeando-os e assim abrindo espaço para as frentes nacionais e aos propósitos positivistas de civilização do índio. Neste âmbito abriu-se um grande espaço na primeira página da *A Federação* para os pronunciamentos do representante do governo federal e do presidente do SPILTN, Rondon<sup>14</sup>, dentre outros. Este jornal abria espaço para fatos importantes, como a solicitação dos índios ao Governo Federal ou Estadual, de providências contra invasões de colonos em locais habitados pelos mesmos. Pois, como citado anteriormente, o avanço da sociedade nacional fez com que os índios, gradativamente, fossem rechaçados das terras que ocupavam. A seguir elenca-se um apelo indígena ao Estado referente ao fato acima mencionado:

Achavam-se em São Paulo, há dias índios da tribo guarany, que vivem no antigo aldeamento de São João Baptista do Rio Verde, proximo a Itaporanga. Elles foram, com o seu chefe, falar ao dr. Bernardino de Campos, presidente do Estado, afim de solicitar auxilios de modo a não serem perturbados na posse dos terrenos que cultivam e onde vivem. Queixam-se os índios guaranys de ainda não terem podido falar com o presidente – o seu maior desejo; confiavam em que, falando directamente a s. ex., teriam as providencias que desejavam. O chefe, em conversa no Diario Popular, disse que aquelles que lhes querem tirar as terras que cultivam são homens poderosos que mandam em todos: queixaram se ao delegado de policia, e este, além de dar pancada no capitão Joaquim de Almeida, chefe da tribo, mandou pol-o no xadrez, ameaçando de espancal-o mais, si tornasse a aborrecel-o. O aldeamento conta cerca de 800 pessoas que se mostram descontentes com as auctoridades. (A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, n. 99, 29 de abril de 1903).

Também foi encontrado no jornal uma coluna diária que se intitulava “*Para Impressionar o Indígena*”. Esta pretendia divertir os leitores pertencentes a uma camada mais abastada da sociedade sul-rio-grandense,

ironizando-os a partir de um conceito de ingenuidade, contando fatos extraordinários ou “esdrúxulos”, de difícil credibilidade. Eram apresentados vários contos e notícias, algumas advindas da Europa.

*Para Impressionar o Indígena* era uma coluna direcionada para os indivíduos brasileiros mais abastados e intelectualizados. É nítido o toque humorístico contido nas notícias, pois trata de fatos considerados estranhos à época; para tanto, noticiava-se uma enormidade de informações pitorescas e de amenidades. As notícias se baseavam em formas de comportamento vindas principalmente da Europa, até as notícias sobre fatos curiosos, vindos dos mais distintos países do mundo e também do Brasil. Além disso, eram frequentes as narrativas de estórias impressionantes, algumas abstratas por demais, como profecias, casos familiares sobre indivíduos sem caráter, etc.

Obviamente que a coluna não estava dirigida aos povos nativos americanos, indígena também significa do Latim “pessoa natural do lugar ou país onde habita”<sup>15</sup>, porém o fato da coluna optar pelo termo indígena e não brasileiro, deixa transparecer a dualidade com que é utilizada esta classificação de forma irônica, para justamente chamar a atenção das pessoas para fatos e histórias de difícil credibilidade, dignas de crítica, jogando com o aspecto de ingenuidade inerente aos indígenas americanos, remetendo assim, à corrente que acreditava no “bom selvagem”.

Dentre as várias informações trazidas pela coluna *Para Impressionar o Indígena*, ver-se-á a seguir de que forma a coluna se apresentava aos seus “amigos” “Indígenas”:

(...)Amigo indígena, tens hoje a seção variada. Passa os olhos pela salgalhada e, si gostares, pede por mais(...)Um vaticinio calebre á coisa que há de interessar-te, e muito. Pois fica sabendo que quando o grande Napoleão III era ainda muito creança, uma bohemia disse á sua mãe do futuro imperador dos francezes. Seu filho há de occupar uma alta posição social, viverá com grande esplendor, terá muito aduadores(...). Ninguem se importou com o vaticinio da bruxa. Só mais tarde é que alguem da casa imperial se lembrou da terrivel prophecia(...).<sup>16</sup>  
(...)Adoravel indigena amigo, cada dia que passa traz para ti mais uma maravilhosa noticia, de modo a deixar-te a torcer o parafuso na decifração dos quebra-cabeças com que vão por esse mundo alé explorando a tua boa fé. E', pois de um novo e maravilhoso assumpto que vamos tratar e, desde já avancamos, fica sabendo que tem elle apaixonando não pouca a imaginação do indigena francez e, com especia-

<sup>13</sup> O Serviço de Protecção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN) é criado em 20 de junho de 1910 pelo decreto nº 8072 estabelecendo uma política em defesa e integração do índio. O SPILTN já fora determinado em 1906, mas efetivado apenas em 1910.

<sup>14</sup> O Marechal Cândido Rondon, devido aos trabalhos realizados em 1906-1909, nas Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas, quando do contato com os indígenas, sua figura deteve uma grande amplitude em âmbito nacional, sendo inclusive chamado para se tornar presidente do SPILTN, em 1910. neste mesmo ano, foram publicadas na imprensa, no Jornal A Federação e no Correio do Povo, pareceres de Rondon ao governo federal quanto aos índios.

<sup>15</sup>Significado da palavra indígena extraído de: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 1101.

<sup>16</sup> A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, n. 02, 02 de janeiro de 1908.

lidade ainda, das damas. E' o caso que em uma povoação das proximidades de naney, em Brin, aparece todos os domingos a imagem real e perfeita de Christo na hostia consagrada que o parcho eleva durante a missa, deante dos fieis.(...)<sup>17</sup>

### 1.2 O Correio do Povo – Um jornal informativo

O *Correio do Povo*<sup>18</sup>, um jornal que se propunha informativo<sup>19</sup>, como citado anteriormente, foi criado em 1º de outubro de 1895, por Francisco Antonio Vieira Caldas Júnior, em Porto Alegre. O jornal circulava em Porto Alegre semanalmente, com exceção dos domingos. Acredita-se que o referido jornal não esteve totalmente alheio às questões partidárias, ou seja, pode-se imaginar que este teria algum vínculo com algum extrato da sociedade sul-rio-grandense. Como destaca Chagas, “o jornal se pretende independente, defendendo as elites agrárias” (CHAGAS:2001, p.198).

Quanto à questão indígena, esta era tratada, na maior parte das vezes, na seção dos diversos, na qual havia uma infinidade de informações ao leitor. Raras vezes, a questão indígena merecia a primeira página, apenas quando os índios cometiam alguma atrocidade ou quando da criação do SPILTIN em 1910. Neste ano, houve uma grande repercussão desse fato, sendo dado amplo espaço no *Correio do Povo* para os discursos do Governo Federal referente ao assunto. Encontraram-se 21 chamadas referentes aos indígenas no jornal, destas apenas 4 notícias eram sobre os índios no Rio Grande do Sul dentre o período de 1895 a 1910.

Percebe-se ainda que no *Correio do Povo*, na seção de anúncios, havia uma infinidade de propagandas de medicamentos; dentre elas localizou-se uma farmácia, a qual se apresentava como PHARMACIA DO INDIO. O Jornal apresentava diariamente vários medicamentos vendidos por esta farmácia. A referida Farmácia, utilizou-se da expressão “Índio” para o comércio de remédios e, para com isso, obter lucros. Percebe-se, então, que a Farmácia apropriou-se do capital simbólico que estava enraizado na expressão “Índio”, no que tange aos conhecimentos que os povos nativos detinham sobre a natureza, em especial se tratando das plantas medicinais.

O conhecimento que os indígenas detinham da natureza já foi, por diversas vezes, assinalado pela

historiografia desde os primórdios da colonização no Brasil. Conforme encontrado no jornal *Correio do Povo*, havia uma grande quantidade de medicamentos da referida Farmácia, que era de propriedade de Sarmiento Barata. Este senhor era professor da Faculdade de Medicina, segundo dados levantados em anúncios da *Pharmácia do Índio*. A Farmácia localizava-se, de acordo com os anúncios do jornal, na Rua Voluntários da Pátria, nº 213, em Porto Alegre.

Poderia-se afirmar, tendo em vista a distinção descrita acima, que os jornais em questão estariam distantes em seus discursos, no que se refere à questão indígena. Entretanto, a maioria das notícias apresentadas detêm um cunho semelhante no que diz respeito ao destaque incessante aos assaltos, das atrocidades que os índios cometiam, ou na descrição da cultura indígena, indicando que o índio poderia tornar-se “civilizado”.

Os jornais pesquisados representavam majoritariamente um extrato social que era composto pela elite<sup>20</sup> sul-rio-grandense. Esta elite, no entanto, não pode ser entendida como algo homogêneo, já que havia entre ela tensões e contradições em relação aos projetos que existiam para o Rio Grande do Sul e para o Brasil.

No período que se analisou, encontrou-se fases onde o silêncio em relação ao indígena se sobrepõe, isto pode ser devido à eminência de fatos considerados mais relevantes na época, como por exemplo, o período em que se deu a Proclamação da República. Pode-se pensar, também, que em determinados períodos a questão indígena – justamente por ser uma questão importante, complexa e incômoda – desaparece das notícias do jornal. Conforme Orlandí, “O silêncio é assim a “respiração” (o fôlego) da significação; um lugar de recuo necessário (...)” (ORLANDÍ:1995 p.13). Já, em outras fases, as notícias foram bem mais recorrentes, não havendo um padrão regular para todo o período estudado. Como pode-se notar, houve vários períodos de silêncio que antecederam o SPILTIN. Estes períodos de silêncio variavam de semanas, meses, semestres e até anos, nos quais se “esquecia” totalmente do índio.

De acordo com um Relatório de Carlos Torres

<sup>17</sup> A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, n. 41, 17 de fevereiro de 1908.

<sup>18</sup> Para ver sobre sua história observar: DILLENBURG, Sérgio Roberto. *Correio do Povo: história e memórias*. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 1997. FRANCO, Sérgio da Costa. A evolução da imprensa gaúcha e o *Correio do Povo*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n. 131, p. 33-40, 1995.

<sup>19</sup> A noção de informativo buscava fazer o contraponto dos jornais que eram órgãos diretos dos partidos, como a Federação, e era possível devido ao paradigma da época, que acreditava na viabilidade de descrever os fatos sem que esta descrição tivesse algum direcionamento ideológico.

<sup>20</sup> Utilizou-se o conceito de elite de Flávio Heinz, descrito no trabalho anteriormente.

Gonçalves<sup>21</sup>, enviado em junho de 1910 para o Secretário dos Negócios das Obras Públicas, existiam no Estado 2.940 índios.<sup>22</sup> Assim, também não se deve esquecer que os positivistas, quando da elaboração da Constituição Nacional em 1891, apresentaram um documento à Assembléia Constituinte, documento este que nenhuma repercussão trouxe para o indígena em nível Federal ou Estadual. No Rio Grande do Sul, houve uma total omissão sobre a questão indígena no decorrer da elaboração da Constituição Estadual. O jornal *A Federação* também se omitiu do assunto.

Deste silêncio geraram-se duas hipóteses plausíveis: a primeira delas sugere que a questão indígena não detinha muita importância no Rio Grande do Sul, e a segunda sugere que os indígenas tinham tanta importância para o estado, que era inconveniente publicar notícias relacionadas aos índios devido a sua possível repercussão na sociedade sul-rio-grandense, porque a terra era a principal fonte de riqueza para o estado, sendo que os colonos imigrantes ganhavam terras muitas vezes em cima das terras ocupadas pelos índios. Além deles, havia os fazendeiros que jamais estiveram dispostos a perder terras para os índios. Desta forma nota-se, através da imprensa, que o indígena ora era integrado à sociedade sul-riograndense, ainda que de uma maneira marginalizada, ora este índio era totalmente excluído, de acordo com os interesses das classes dirigentes do Estado do Rio Grande do Sul.

Como percebe-se, este trabalho detêm uma importância muito grande para várias áreas do conhecimento, inclusive para a educação, pois o indígena – dentre outros grupos marginalizados pela sociedade –, ao longo do tempo foi excluído da sociedade nacional, não foi respeitada sua diversidade cultural. Ocorreram momentos em que as populações nativas foram integradas à sociedade nacional, mas como percebemos a inclusão esteve relacionada à retirada de vantagens dos conhecimentos dos indígenas em relação às plantas nativas. Na atualidade, ainda constatamos – mesmo com a elaboração de nossa Constituição de 1988 – que a sociedade nacional deve aos grupos indígenas o respeito à diversidade e garantia da aplicação de seus direitos originários.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Francisco das Neves. *O Discurso Político-Partidário Su-Rio-Grandense sob o prisma da Imprensa Rio-Grandina (1868-1895)*. 1998. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Linguísticas: O que Falar Quer Dizer*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.
- CHAGAS, Carlos. *O Brasil sem retoque: 1808-1964: a História contada por jornais e jornalistas*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- DILLENBURG, Sérgio Roberto. *Correio do Povo: história e memórias*. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 1997.
- ESPIG, Márcia Janete. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do contestado. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre: PUCRS, v. XXIV, n. 2, p. 269-289, dez. 1988.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FRANCO, Sérgio da Costa. A evolução da imprensa gaúcha e o Correio do Povo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 131, p. 33-40, 1995.
- HEINZ, Flávio Madureira. Considerações acerca de uma História das Elites. *Logos, Canoas*, v. 11, n. 1, p. 50. 41-52, maio 1998.
- LOVE, Joseph L. *O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- ORLANDI, Eni. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.
- PEZAT, Paulo Ricardo. *A Política Indigenista no Brasil: o Caso do Rio Grande do Sul durante a República Velha*. 1990. Trabalho de Conclusão (Curso de História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

<sup>21</sup> Chefe da Diretoria de Terras e Colonização no Rio Grande do Sul, desde 1908, quando é criado o órgão no Estado.

<sup>22</sup> Dado extraído do Relatório da Secretaria dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, n. 24, no ano de 1910. AHRGS. PEZAT, op. cit., 1990, p.60.

RIBEIRO, Darci. *Os Índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. Petrópolis: Vozes, 1986.

RODRIGUES, Cíntia Régia. *As imagens do Índio na Imprensa Sul-Rio-grandense. 1884-1910*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, p. 198.

SILVA, Jandira M. M. da et. al. *Breve histórico da imprensa Sul-Rio-Grandense*. Porto Alegre: CORAG, 1986.

### RELATÓRIOS

Relatório da Secretaria do Interior e Exterior: Relatório da Diretoria de Estatística. Porto Alegre: Solar dos Câmara, 1890 a 1910.(Documentos Seleccionados).

### REPORTAGENS SELECIONADAS

A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, n. 140, 18 de junho de 1910.

\_\_\_\_\_. Porto Alegre, n. 99, 29 de abril de 1903.

\_\_\_\_\_. Porto Alegre, n. 02, 02 de janeiro de 1908.

\_\_\_\_\_. Porto Alegre, n. 41, 17 de fevereiro de 1908.